



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2019

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

FIRMA OU DENOMINAÇÃO: ASCON LTDA - ME

CNPJ/MF N.º: 17.190.416/0001-12

ENDEREÇO: RUA 04, Nº 494, POTOSI, BALSAS - MA

TEL.: (99) 98839-5885, MUNICÍPIO: BALSAS - MA

E-MAIL: asconltda@gmail.com

Serviços de Engenharia/Arquitetura

	Nº Processo	13559/2018
	Licitação Nº	Pregão eletrônico 14/2019

Dia 09 / 04 / 2019 às 15 : 00 horas

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	09/04/2019
B	Município/UF	Salvador - BA
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2019
D	Nº de meses de execução contratual	12 MESES


ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
POSTOS DE TRABALHO	UND	4
CONSULTORIA (HORAS TÉCNICAS)	H	300
SERVIÇOS EVENTUAIS (HORAS TÉCNICAS)	H	2700

Mão-de-obra

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Engenharia / Arquitetura
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 2142-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 8.483,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ENGENHARIA CIVIL/ARQUITETURA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	02/2019

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 8.483,00
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	R\$ 8.483,00

MÓDULO 2: - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	706,91
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	942,55
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			1.649,46



ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

Submódulo 2.2 - GPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	1.696,60
B	Salário Educação	2,50%	212,07
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	254,49
D	SESC ou Sesi	1,50%	127,24
E	SENAI - SENAC	1,00%	84,83
F	SEBRAE	0,60%	50,89
G	INCRA	0,20%	16,96
H	FGTS	8,00%	678,64
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	3.121,72

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte	-	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		330,00
C	Assistência Médica e Familiar	-	
D	Assistência Odontológica	-	
E	Seguro de vida		3,94
F	Curso de capacitação		70,73
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			404,67



ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	1.649,46
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	3.121,72
2.3	Benefícios Mensais e Diários	404,67
TOTAL DO MÓDULO 2		5.175,85

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	35,62
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	2,54
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	2,85
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	164,57
E	Incidência GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	60,56
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	4,00%	339,32
TOTAL DO MÓDULO 3		7,14%	605,46

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	706,91
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	23,75

C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,69
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	27,99
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	5,93
F	Substituto na cobertura de Afastamento por Doença	1,39%	117,91
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			884,18

Submódulo 4.2 – Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	884,18
4.2	Substituto na Intraornada	
TOTAL DO MÓDULO 4		

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		Valor (R\$)
A	Uniformes	-	
B	Materiais	-	
C	Equipamentos de Proteção Individual	-	7,05
D	Emissão de ART/RRT	-	200,00

F	Outros (Especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5		-	207,05

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	7,70%	1.182,38
B	Lucro	6,00%	992,27
C	TRIBUTOS	8,65%	1.659,95
C.1	Tributos Federais, pis e cofins	3,65%	700,44
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais, ISSQN	5,00%	959,51
TOTAL DO MÓDULO 6		24,97%	3.834,60

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	8.483,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	5.175,85
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	605,46
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	884,18
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	207,05
	Subtotal (A + B + C + D + E)	15.355,54
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.814,02
Valor Total por Empregado		19.190,14
Preço Total do Posto		19.190,14

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	POSTO DE TRABA LHO	R\$ 19.190,14	1	R\$ 19.190,14	4	R\$ 76.760,56
II		R\$		R\$		R\$
...		R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)						R\$ 76.760,56



ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2019

PROPOSTA DE PREÇO

A empresa ASCON LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.190.416/0001-12 Com sede na Rua 04, Nº 494, Bairro Potosi, CEP: 65800-000, Município de Balsas, estado do Maranhão, apresenta a proposta de preços para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, POR MEIO DA ALOCAÇÃO DE 4 (QUATRO) POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA.** não assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou outro pretexto, estando nele inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

ITEM	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
POSTOS DE TRABALHO	4	R\$ 19.190,14	R\$ 76.760,56	R\$ 921.126,72
CONSULTORIA (HORAS TÉCNICAS)	300	R\$ 80,00		R\$ 24.000,00
SERVIÇOS EVENTUAIS (HORAS TÉCNICAS)	2700	R\$ 41,76608		R\$ 112.768,42
DESLOCAMENTOS	240	R\$ 553,34		R\$ 132.801,60
HORAS EXTRAS				R\$ 125.303,25
VALOR TOTAL DO CONTRATO			R\$ 76.760,56	R\$ 1.315.999,99

R\$ 1.315.999,99 (Hum Milhão Trezentos e Quinze mil Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove centavos,

Essa proposta tem validade de 60 dias.

Salvador, 10 de Abril de 2019.



ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE POR EMPREGADO	CÓDIGO SINAPI	VALOR
1	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	1	12892	8,91
3	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIESTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UNID.	1	12894	12,87
4	CAPACETE DE SEGURANCA ABA FRONTAL COM SUSPENSÃO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UNID.	1	12895	9,9
5	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG DE INSERCAO COM CORDAO, ATENUACAO SUPERIOR A 15 DB	UNID.	1	36142	1,48
6	CINTURAO DE SEGURANCA TIPO PARAQUEDISTA, FIVELA EM ACO, AJUSTE NO SUSPENSARIO, CINTURA E PERNAS	UNID.	1	36148	47,52
7	OCULOS DE SEGURANCA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTECAO UVA E UVB	UNID.	1	36152	3,86
VALOR TOTAL POR EMPREGADO					84,54
TOTAL MENSAL POR EMPREGADO					R\$ 7,05

HORAS EXTRAS

Posto	Remuneração	QUANTIDADE		VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
		Dias úteis e sábados	Domingos e feriados	Dias úteis e sábados	Domingos e feriados	Dias Uteis e sabado	Domingos e feriados
Engenheir/arquiteto	8.483,00	16	6	108,77	145,03	1.740,32	870,16
						R\$ 1.740,32	R\$ 870,16
					TOTAL MENSAL	R\$ 10.441,94	
					TOTAL ANUAL	R\$ 125.303,25	

ESTIMATIVA DE VALOR DE DESLOCAMENTO PARA 01 PROFISSIONAL (VIAGEM PARA 01 MUNICÍPIO)

PARAMETROS													
Velocidade média da viagem em Km/hora													
Média de horas para vistoria por imóvel													
Valor da diária de locação de veículo em R\$													
Distância percorrida dentro do município													
Valor do litro da gasolina em R\$													
Consumo de combustível (Km/litro)													
Valor da diária (pernoite+alimentação)													

DISTÂNCIA TOTAL PERCORRIDA (IDA E VOLTA) ATÉ (Km) ...	MÉDIA DISTÂNCIA PERCORRIDA DENTRO DO MUNICÍPIO(km)	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (10 km/ litro)	ESTIMATIVA DE TEMPO GASTO COM DESLOCAMENTO - 80/Kmh	MÉDIA DE TEMPO GASTO COM 01 VISITA TÉCNICA(h)	TOTAL DE HORAS ESTIMADAS PARA A VIAGEM	CALCULO APROXIMADO DO NÚMERO DE DIÁRIAS DE LOCAÇÃO DO VEÍCULO	NÚMERO DE DIÁRIAS DE LOCAÇÃO DO VEÍCULO	NÚMERO DE DIÁRIAS DO PROFISSIONAL	VALOR GASTO COM COMBUSTÍVEL	VALOR DE ALUGUEL DE VEÍCULO	VALOR DE DIÁRIAS PARA 01 PROFISSIONAL	VALOR TOTAL VIAGEM (VEÍCULO + COMBUSTÍVEL +DIÁRIAS)	B/DI	VALOR TOTAL COM IMPOSTOS
km	km	litros (l)	h	h	h	n	unid	unid	R\$	R\$	R\$	R\$	24,97%	R\$
100	20	12,00	1,50	3	4,50	0,50	1	0,50	R\$ 56,46	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 246,46	R\$ 61,55	R\$ 308,01
200	20	22,00	2,75	3	5,75	0,64	1	0,50	R\$ 103,52	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 293,52	R\$ 73,30	R\$ 366,82
300	20	32,00	4,00	3	7,00	0,78	1	0,50	R\$ 150,57	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 340,57	R\$ 85,05	R\$ 425,62
400	20	42,00	5,25	3	8,25	0,92	1	0,50	R\$ 197,63	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 387,63	R\$ 96,80	R\$ 484,43
500	20	52,00	6,50	3	9,50	1,06	2	1,50	R\$ 244,68	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 724,68	R\$ 180,97	R\$ 905,65
600	20	62,00	7,75	3	10,75	1,19	2	1,50	R\$ 291,74	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 771,74	R\$ 192,72	R\$ 964,45
700	20	72,00	9,00	3	12,00	1,33	2	1,50	R\$ 338,79	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 818,79	R\$ 204,47	R\$ 1.023,26
800	20	82,00	10,25	3	13,25	1,47	2	1,50	R\$ 385,84	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 865,84	R\$ 216,22	R\$ 1.082,06
900	20	92,00	11,50	3	14,50	1,61	2	1,50	R\$ 432,90	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 912,90	R\$ 227,97	R\$ 1.140,87
1000	20	102,00	12,75	3	15,75	1,75	2	1,50	R\$ 479,95	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 959,95	R\$ 239,72	R\$ 1.199,67
1100	20	112,00	14,00	3	17,00	1,89	2	1,50	R\$ 527,01	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 1.007,01	R\$ 251,47	R\$ 1.258,48
1200	20	122,00	15,25	3	18,25	2,03	3	2,50	R\$ 574,06	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.344,06	R\$ 335,64	R\$ 1.679,70
1300	20	132,00	16,50	3	19,50	2,17	3	2,50	R\$ 621,11	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.391,11	R\$ 347,39	R\$ 1.738,50
1400	20	142,00	17,75	3	20,75	2,31	3	2,50	R\$ 668,17	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.438,17	R\$ 359,14	R\$ 1.797,31
1500	20	152,00	19,00	3	22,00	2,44	3	2,50	R\$ 715,22	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.485,22	R\$ 370,89	R\$ 1.856,11
1600	20	162,00	20,25	3	23,25	2,58	3	2,50	R\$ 762,28	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.532,28	R\$ 382,64	R\$ 1.914,92
1700	20	172,00	21,50	3	24,50	2,72	3	2,50	R\$ 809,33	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.579,33	R\$ 394,39	R\$ 1.973,72
1800	20	182,00	22,75	3	25,75	2,86	3	2,50	R\$ 856,39	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.626,39	R\$ 406,14	R\$ 2.032,53
1900	20	192,00	24,00	3	27,00	3,00	3	2,50	R\$ 903,44	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.673,44	R\$ 417,89	R\$ 2.091,33
2000	20	202,00	25,25	3	28,25	3,14	4	3,50	R\$ 950,49	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.010,49	R\$ 502,06	R\$ 2.512,56
2100	20	212,00	26,50	3	29,50	3,28	4	3,50	R\$ 997,55	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.057,55	R\$ 513,81	R\$ 2.571,36
2200	20	222,00	27,75	3	30,75	3,42	4	3,50	R\$ 1.044,60	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.104,60	R\$ 525,56	R\$ 2.630,16


ASCON LTDA - ME
 CNPJ: 17.190.416/0001-12

ESTIMATIVA DE VALOR DE DESLOCAMENTO PARA 01 PROFISSIONAL (VIAGEM PARA 02 MUNICÍPIOS)

Velocidade média da viagem em Km/hora	80,00
Média de horas para vistoria por imóvel	3,00
Valor da diária de locação de veículo em R\$	90,00
Distância percorrida dentro do município	20Km
Valor do litro da gasolina em R\$	4,705
Consumo de combustível (Km/litro)	10,00
Valor da diária (pernoite+alimentação)	200,00

DISTÂNCIA TOTAL PERCORRIDA (IDA E VOLTA) ATÉ (Km)	MÉDIA DISTÂNCIA PERCORRIDA DENTRO DOS MUNICÍPIOS (km)	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (10 km/litro)	ESTIMATIVA DE TEMPO GASTO COM DESLOCAMENTO - 80/Kmh	MÉDIA DE TEMPO GASTO COM 02 VISITAS TÉCNICAS (h)	TOTAL DE HORAS ESTIMADAS PARA A VIAGEM	CÁLCULO APROXIMADO DO NÚMERO DE DIÁRIAS DE LOCAÇÃO DO VEÍCULO	NÚMERO DE DIÁRIAS DE LOCAÇÃO DO VEÍCULO	NÚMERO DE DIÁRIAS DO PROFISSIONAL	VALOR GASTO COM COMBUSTÍVEL	VALOR DE ALUGUEL DE VEÍCULO	VALOR DE DIÁRIAS PARA 01 PROFISSIONAL	VALOR TOTAL VIAGEM (VEÍCULO + COMBUSTÍVEL + DIÁRIAS)	BDI	VALOR TOTAL COM IMPOSTOS
km	km	litros (l)	h	h	h	n	unid	unid	R\$	R\$	R\$	R\$	24,97%	R\$
100	40	14,00	1,75	6	7,75	0,86	1	0,50	R\$ 65,88	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 255,88	R\$ 63,90	R\$ 319,77
200	40	24,00	3,00	6	9,00	1,00	1	0,50	R\$ 112,93	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 302,93	R\$ 75,65	R\$ 378,58
300	40	34,00	4,25	6	10,25	1,14	2	1,50	R\$ 159,98	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 639,98	R\$ 159,82	R\$ 799,80
400	40	44,00	5,50	6	11,50	1,28	2	1,50	R\$ 207,04	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 687,04	R\$ 171,57	R\$ 858,61
500	40	54,00	6,75	6	12,75	1,42	2	1,50	R\$ 254,09	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 734,09	R\$ 183,32	R\$ 917,41
600	40	64,00	8,00	6	14,00	1,56	2	1,50	R\$ 301,15	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 781,15	R\$ 195,07	R\$ 976,22
700	40	74,00	9,25	6	15,25	1,69	2	1,50	R\$ 348,20	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 828,20	R\$ 206,82	R\$ 1.035,02
800	40	84,00	10,50	6	16,50	1,83	2	1,50	R\$ 395,25	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 875,25	R\$ 218,57	R\$ 1.093,82
900	40	94,00	11,75	6	17,75	1,97	2	1,50	R\$ 442,31	R\$ 180,00	R\$ 300,00	R\$ 922,31	R\$ 230,32	R\$ 1.152,63
1000	40	104,00	13,00	6	19,00	2,11	3	2,50	R\$ 489,36	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.259,36	R\$ 314,49	R\$ 1.573,85
1100	40	114,00	14,25	6	20,25	2,25	3	2,50	R\$ 536,42	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.306,42	R\$ 326,24	R\$ 1.632,66
1200	40	124,00	15,50	6	21,50	2,39	3	2,50	R\$ 583,47	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.353,47	R\$ 337,99	R\$ 1.691,46
1300	40	134,00	16,75	6	22,75	2,53	3	2,50	R\$ 630,53	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.400,53	R\$ 349,74	R\$ 1.750,27
1400	40	144,00	18,00	6	24,00	2,67	3	2,50	R\$ 677,58	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.447,58	R\$ 361,49	R\$ 1.809,07
1500	40	154,00	19,25	6	25,25	2,81	3	2,50	R\$ 724,63	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.494,63	R\$ 373,24	R\$ 1.867,87
1600	40	164,00	20,50	6	26,50	2,94	3	2,50	R\$ 771,69	R\$ 270,00	R\$ 500,00	R\$ 1.541,69	R\$ 384,99	R\$ 1.926,68
1700	40	174,00	21,75	6	27,75	3,08	4	3,50	R\$ 818,74	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 1.878,74	R\$ 469,16	R\$ 2.347,90
1800	40	184,00	23,00	6	29,00	3,22	4	3,50	R\$ 865,80	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 1.925,80	R\$ 480,91	R\$ 2.406,71
1900	40	194,00	24,25	6	30,25	3,36	4	3,50	R\$ 912,85	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 1.972,85	R\$ 492,66	R\$ 2.465,51
2000	40	204,00	25,50	6	31,50	3,50	4	3,50	R\$ 959,90	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.019,90	R\$ 504,41	R\$ 2.524,32
2100	40	214,00	26,75	6	32,75	3,64	4	3,50	R\$ 1.006,96	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.066,96	R\$ 516,16	R\$ 2.583,12
2200	40	224,00	28,00	6	34,00	3,78	4	3,50	R\$ 1.054,01	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.114,01	R\$ 527,91	R\$ 2.641,93
2300	40	234,00	29,25	6	35,25	3,92	4	3,50	R\$ 1.101,07	R\$ 360,00	R\$ 700,00	R\$ 2.161,07	R\$ 539,66	R\$ 2.700,73
2400	40	244,00	30,50	6	36,50	4,06	5	4,50	R\$ 1.148,12	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.498,12	R\$ 623,83	R\$ 3.121,95
2500	40	254,00	31,75	6	37,75	4,19	5	4,50	R\$ 1.195,18	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.545,18	R\$ 635,58	R\$ 3.180,76
2600	40	264,00	33,00	6	39,00	4,33	5	4,50	R\$ 1.242,23	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.592,23	R\$ 647,33	R\$ 3.239,56
2700	40	274,00	34,25	6	40,25	4,47	5	4,50	R\$ 1.289,28	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.639,28	R\$ 659,08	R\$ 3.298,37
2800	40	284,00	35,50	6	41,50	4,61	5	4,50	R\$ 1.336,34	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.686,34	R\$ 670,83	R\$ 3.357,17
2900	40	294,00	36,75	6	42,75	4,75	5	4,50	R\$ 1.383,39	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.733,39	R\$ 682,58	R\$ 3.415,96
3000	40	304,00	38,00	6	44,00	4,89	5	4,50	R\$ 1.430,45	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 2.780,45	R\$ 694,34	R\$ 3.474,78


ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12



ASSCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

ESTIMATIVA DE VALOR DE DESLOCAMENTO PARA 01 PROFISSIONAL (VIAGEM PARA 04 MUNICÍPIOS)

PARÂMETROS															
Velocidade média da viagem em Km/hora						80,00									
Média de horas para vistoria por imóvel						3,00									
Valor da diária de locação de veículo em R\$						90,00									
Distância percorrida dentro do município						20Km									
Valor do litro da gasolina em R\$						4,705									
Consumo de combustível (Km/litro)						10,00									
Valor da diária (pernoite+alimentação)						200,00									


ASCON LTDA - ME
CNPJ: 17.190.416/0001-12

ESTIMATIVA DE VALOR DE DESLOCAMENTO PARA 01 PROFISSIONAL (VIAGEM PARA 05 MUNICÍPIOS)

PARAMETROS															
Velocidade média da viagem em Km/hora					80,00										
Média de horas para vistoria por imóvel					3,00										
Valor da diária de locação de veículo em R\$					90,00										
Distância percorrida dentro do município					20Km										
Valor do litro da gasolina em R\$					4,705										
Consumo de combustível (Km/litro)					10,00										
Valor da diária (pernoite+alimentação)					200,00										
									</						

MÉDIA GERAL DE VALOR DE DESLOCAMENTO

PARA 01 MUNICÍPIO	R\$ 560,39
PARA 02 MUNICÍPIOS	R\$ 574,48
PARA 03 MUNICÍPIOS	R\$ 560,12
PARA 04 MUNICÍPIOS	R\$ 542,99
PARA 05 MUNICÍPIOS	R\$ 528,70
	R\$ 2.766,69
VALOR MÉDIO POR DIA DE DESLOCAMENTO	R\$ 553,34

TOTAL DESLOCAMENTO

	QTD	VALOR
Estimativa de dias de deslocamento por profissional por mês	5	R\$ 2.766,70
Estimativa total de dias de deslocamento por mês (04 profissionais)	20	R\$ 11.066,80
Estimativa total de deslocamentos por profissional	60	R\$ 33.200,40
Estimativa total de deslocamentos para os 04 profissionais	240	R\$ 132.801,60

XII - VALOR MÉDIO DA GASOLINA COMUM

Município	Valor médio
Alagoinhas	R\$ 4,418
Serrinha	R\$ 4,480
Feira de Santana	R\$ 4,495
Teixeira de Freitas	R\$ 4,560
Camaçari	R\$ 4,571
Santo Antônio de Jesus	R\$ 4,602
Jequié	R\$ 4,603
Jaguaquara	R\$ 4,609
Jacobina	R\$ 4,611
Poções	R\$ 4,624
Simões Filho	R\$ 4,629
Ipirá	R\$ 4,636
Barreiras	R\$ 4,643
Irecê	R\$ 4,645
Paulo Afonso	R\$ 4,690
Valença	R\$ 4,717
Guanambi	R\$ 4,730
Salvador	R\$ 4,732
Eunápolis	R\$ 4,775
Senhor do Bonfim	R\$ 4,793
Itamaraju	R\$ 4,797
Itabuna	R\$ 4,798
Juazeiro	R\$ 4,806
Caetité	R\$ 4,851
Vitória da Conquista	R\$ 4,865
Brumado	R\$ 4,889
Porto Seguro	R\$ 4,939
Ilhéus	R\$ 4,958
Livramento de Nossa Senhora	R\$ 4,991
VALOR MÉDIO	R\$ 4,705

GFIP

PGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

DATA: 28/03/2019

GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017)

HORA: 14:25:02

PÁG: 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: ASCON LTDA ME
COMPETÊNCIA: 03/2019

CÓD REC: 115

FPAS: 507

INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12
SIMPLES: 2

	PGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	1
REMUNERAÇÃO	970,20
DEPÓSITO	77,61
ENCARGOS PGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	77,61

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/04/2019

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 28/03/2019

HORA: 14:25:02

PÁG: 0001/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

MODALIDADE: "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO PGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858700000006 776101791903 407627050819 719041600016

EMPRESA: ASCON LTDA ME COMP: 03/2019 TOMADOR/OBRA:		COD GPS: 2003	FPAS: 507	OUTRAS ENT:	SIMPLES: 2	RAT: 0,0	INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00	
NOME TRABALHADOR	REM 13º SAL	REM 13º SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13º SAL BASE CÁL PREV SOCIAL	CONTRIB SGB DEVIDA	ADMISSÃO CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
ARIEL DE SOUSA PEREIRA	0,00	0,00	160.07494.36-6	0,00	01/10/2016	01	07/11/2016 P1	0,00
EVA DE CARVALHO RIBEIRO	970,20	0,00	212.07309.85-2	77,61	01/03/2017	01	77,61	05141 0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
GFIP - SRFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

DATA: 28/03/2019
HORA: 14:25:02
PÁG: 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS

EMPRESA						Nº ARQUIVO: B4zt5gYUHz0000-6	
EMPRESA: ASCON LTDA ME	COMP: 03/2019	COD REC: 115	COD GPS: 2003	FPAS: 507	OUTRAS ENT:	INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12	
TOMADOR/OBRA:					SIMPLES: 2	FAP: 1,00	RAT AJUSTADO: 0,00
					ALIQ RAT: 0,0	INSCRIÇÃO:	
LOGRADOURO: RUA 04 494					BAIRRO: DOTOSEI	CNAE PREPONDERANTE:	4120400
CIDADE: BALSAS	UF: MA			CNP: 65800-000	TELEFONE: 0099-88395885	CNAE:	4120400
APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:			507	620	744	779	TOTAL
SEGURO							
Empregados/Avulsos			77,61	0,00	0,00	0,00	77,61
Contribuintes Individuais			440,00	0,00	0,00	0,00	440,00
EMPRESA							
Empregados/Avulsos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade			32,80	0,00	0,00	0,00	32,80
(-) Compensação			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL			484,81	0,00	0,00	0,00	484,81
OUTRAS ENTIDADES			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER			484,81	0,00	0,00	0,00	484,81

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SRFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI (EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS NÃO INCLuíDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.



Simples Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 09/04/2019

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **17.190.416/0001-12**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **ASCON LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2016**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional

Data e Hora do Agendamento	Data e Hora do Cancelamento	Situação do Agendamento	Número da Opção
23/12/2015 11:16		Convertido em Opção	

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000120/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 29/05/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR025222/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46223.003051/2017-26
DATA DO PROTOCOLO: 12/05/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS T NAS IND DA CONST E DO M DO E MARANHAO, CNPJ n. 23.698.145/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO DAS CHAGAS VIANA;

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONS MOB ACAILANDIA-MA, CNPJ n. 00.180.087/0001-26, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OTONIEL SILVA SANTOS;

SINDICATO TRAB INDUST CONST CIVIL CIM CAL GESSO CODO MA, CNPJ n. 06.132.567/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SEBASTIAO SOUSA DE OLIVEIRA;

SINDICATO TRABALHADORES CONSTRUCAO CIVIL VIT MEARIM, CNPJ n. 06.759.039/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL RAIMUNDO DE SOUZA;

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL CONST PESADA, MOBILIARIO, ART CIMENTO DE ROSARIO, BACABEIRA, SANTA RITA E PRESIDENTE JUCELINO - MA, CNPJ n. 23.698.129/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DOMINGOS ALVES;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRCAO CIVIL DE CHAPADINHA-MA, CNPJ n. 07.607.781/0001-26, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO ALVES DE ARAUJO;

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST C CONST PESADA E ARTEF DE CIMENTO E OBRAS DE ARTES DO SUL DO MARANHAO, CNPJ n. 12.081.725/0001-30, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SILVA SOUSA;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND. DA CONT. CIVIL CONST. PESADA MOBILIARIO E ARTEFATO DE CIMENTO DE ALTO ALEGRE DO MARANAO E REGIAO, CNPJ n. 09.608.756/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SILMAR RODRIGUES DOS SANTOS;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE TIMON - MA, CNPJ n. 11.779.235/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). REGINALDO DA ROCHA;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL,CONSTRUCAO PESADA ARTEFATO DE CIMENTO DE ZE DOCA E REGIAO, CNPJ n. 11.315.500/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO SILVA COSTA AMORIM;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE BACABAL, CNPJ n. 05.227.525/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LEANDRO CARNEIRO DA SILVA;

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA C CIVIL DE ITAPECURU MIRIM, CNPJ n. 05.506.100/0001-08, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO PEDRO FERREIRA DOS SANTOS;

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL PESADA MOBILIARIO E ARTEF DE CIMENTO DE STA HELENA TURILANDIA TURIACU G N FREIR, CNPJ n. 07.692.554/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ARLINDO ALVES;

E

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DO EST MA, CNPJ n. 05.644.315/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABIO RIBEIRO NAHUIZ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Oficial, Meio oficial e Servente. Este instrumento normativo abrange todos os empregadores e empregados da construção civil nos municípios de: Açailândia, Codó, Vitória do Mearim, Rosário, Chapadinha, Balsas, Alto Alegre do Maranhão, Timon, Zé Doca, Bacabal, Itapecuru Mirim, Santa Helena-MA e suas respectivas bases e todas as cidades do Estado do Maranhão inorganizadas em sindicatos, ressalvados os direitos e prerrogativas das categorias diferenciadas e dos profissionais liberais, com abrangência territorial em MA, com abrangência territorial em MA.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado aos trabalhadores da categoria profissional, os seguintes pisos salariais que vigorará conforme prevê abaixo, devendo as diferenças salariais retroativo a janeiro de 2017 pagas até o quinto dia útil do mês de abril de 2017

FUNÇÃO	Janeiro de 2017 a Abril de 2017	SALÁRIO/HORA
Oficial	R\$ 1.405,80 / mês	R\$ 6,39/h
Meio-Oficial	R\$ 1.045,00/ mês	R\$ 4,75/h
Servente	R\$ 990,00/ mês	R\$ 4,50/h

FUNÇÃO	Maio/2017 a Dezembro de 2017	SALÁRIO/HORA
Oficial	R\$ 1.425,60 / mês	R\$ 6,48/h
Meio-Oficial	R\$ 1.060,40/ mês	R\$ 4,82/h
Servente	R\$ 1.003,20/ mês	R\$ 4,56/h

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE DAS DEMAIS CATEGORIAS

FUNÇÃO	Janeiro de 2017 a Abril de 2017 (sobre o salário de dezembro/2016)
Demais Categorias	5,6%

FUNÇÃO	Maio de 2017 a Dezembro de 2017 (sobre o salário de Abril/2017)
Demais Categorias	1,4%

Para os trabalhadores das demais categorias é concedido reajuste a ser pago os 5,6% de Janeiro/2017 a Abril/2017 sobre o salário de Dezembro/2016 e mais 1,4% (um vírgula quatro por cento) de Maio/2017 a Dezembro/2017 sobre o salário de abril/2017, até o limite salarial de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) sendo que a partir desse valor será de livre negociação entre as partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os Oficiais, Meio-Oficiais, Auxiliares e serventes descritos na Cláusula 03 desta convenção coletiva de trabalho, conforme discriminação de profissões, que já percebem salário superior aos pisos estabelecidos nesta convenção, terão direito aos mesmos percentuais estabelecidos para os demais (reajuste de 5,6% de Janeiro/2017 a Abril/2017 sobre o salário de Dezembro/2016 e mais 1,4% (um vírgula quatro por cento) de Maio/2017 a Dezembro/2017 sobre o salário de abril/2017), até o limite salarial de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) sendo que a partir desse valor será de livre negociação entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Integram este grupo de trabalhadores classificados como das demais categorias, entre outros, os seguintes profissionais abrangidos no GRANDE GRUPO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, descrito na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações: Operador de Pá-Carregadeira, Operador de Máquina de abrir valas, Operador de trator, Operador de Draga, Operador de Bate-Estacas, Operador de Motoniveladora, Operador de Compactadora, Operador de Patrol, Operador de Pavimentadora, Operador de Bomba de Concreto, Motorista de Caçamba Truncada, Motorista de Caçamba Toco, Motoristas de Carretas, Motorista de caminhão Truncado, Motorista de Caminhão Toco, Operador de Usina de Asfalto, Operador de Plataforma, Operador de Guindaste, Operador de Empilhadeira, Operador de Pá Mecânica, Operador de Rolo, Operador de Ponte Rolante etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Com a fixação dos novos pisos salariais e aplicação do índice de reajuste previsto nesta Convenção, as partes consideram integralmente aplicadas todas as leis, atuais e pretéritas, relativas às correções salariais.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

As empresas ficam obrigadas a efetuar o pagamento retroativo a 1º de janeiro de 2017 da seguinte forma:

O pagamento das diferenças janeiro e fevereiro de 2017, serão pagas até o quinto dia útil do mês de abril de 2017, inclusive as rescisões do período.

PARÁGRAFO ÚNICO

A base de cálculo para a próxima negociação coletiva de trabalho da categoria 2018 será o salário percebido no mês de dezembro de 2017, bem como a data base será 01 de janeiro.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE INCIDENTAL

Toda vez que ocorrer considerável perda salarial em relação à inflação, os Sindicatos e Federação representativos reunir-se-ão para negociar novo reajuste ou antecipação.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fica estabelecido como gatilho salarial, toda vez que o salário desta convenção ficar menor que o salário mínimo, automaticamente o menor salário não será inferior ao salário mínimo vigente acrescido de 4% (quatro por cento) para servente e 6% (seis por cento) para meio oficial.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DE PAGAMENTO

As empresas se comprometem a efetuar os pagamentos dos seus empregados até o 5.º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido, bem como fornecer contracheque em papel timbrado da empresa.

CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS AUTORIZADOS

Desde que autorizado por escrito, pelo empregado, serão reconhecidos como plenamente válidos, os descontos salariais referentes à participação do empregado em seguro de grupo, planos de assistência médica e odontológica, previdência privada, taxas de manutenção de grêmios e associações recreativas dos empregados, taxas e despesas com cooperativas de consumo ou escolar, bem como referentes aos outros planos de benefícios aos empregados.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS RESCISÕES

Os pagamentos das parcelas constantes do instrumento de rescisão e sua homologação deverão ser efetuados nos seguintes prazos, sob pena de incidência de multa prevista na CLT no art. 477 e multa convencionada:

- a) Até o 1º (primeiro) dia útil imediato ao término do contrato;
- b) Até o 10º (décimo) dia contado da data da notificação da demissão quando da inexistência de aviso prévio, da indenização do mesmo ou da dispensa do seu cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE SALÁRIO NA OCORRÊNCIA DE FATOR CLIMÁTICO E FALTA DE MATERIAL

Ficam asseguradas as diárias dos trabalhadores que, estando à disposição do empregador, ficam impossibilitados de exercerem suas atividades em razão de fatores climáticos adversos, falta de material ou maquinaria danificada, desde que apresentem-se e permaneçam no local de trabalho durante toda jornada laboral ou sejam dispensados desta permanência, por ordem escrita do seu superior ou do empregador.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

O Sindicato Patronal recomendará a seus associados a instituição de campanhas de produtividade adequada aos trabalhos desenvolvidos por cada empresa, previamente homologada pela Comissão Bilateral prevista nesta Convenção, com pagamento de gratificação por produtividade efetiva dos trabalhadores, respeitados sempre os pisos salariais estipulados nesta Convenção.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

Os trabalhadores que trabalharem a jornada de 44 horas de segunda a sexta feira, quando convocados a trabalharem aos sábados a hora extra será acrescida de 100% (cem por cento).

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRABALHO NOTURNO

Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior ao diurno em 20% (vinte por cento) sobre o salário base do trabalhador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A hora de trabalho noturno será computada com 52 minutos e 30 segundos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e às 05 horas do dia seguinte.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE DOS ELETRICISTAS

Para prevenir os frequentes litígios provocados pela dificuldade de interpretação do texto legal, as entidades, através de transação, estabelecem que os eletricistas e encarregados de eletricista empregados na construção civil, perceberão, independente de laudo pericial, o adicional de periculosidade na taxa de 15% (quinze por cento), sobre o salário efetivamente recebido, tendo em vista que exercem sua atividade em ambiente normalmente desenergizado, em rede de baixa tensão, dispondo de equipamentos de proteção individual, sendo assim o risco puramente virtual, não sendo aplicada esta cláusula aos eletricistas de veículos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Farão jus ao adicional de Periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento) os trabalhadores eletricitários que laborarem nos sistemas de alta tensão com uso de equipamentos de linha viva, sendo facultada ao empregador a realização de perícia técnica oficial para a constatação da periculosidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As normas estabelecidas neste artigo e no parágrafo anterior, objetivando a prevenção de litígios, não impedem que os eletricitas empregados na construção civil, quando julgarem conveniente, pleiteiem judicialmente o adicional de periculosidade na taxa que julgarem devida.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

As quantias pagas a título de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, pagos habitualmente, integrarão o valor da remuneração para efeito de pagamento na forma da lei de todas as verbas rescisórias.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REFEIÇÃO NOTURNA

Sempre que as empresas convocarem seus empregados para fazer horas extras, prolongando a jornada de trabalho até as 21:00h, deverão fornecer gratuitamente a refeição antes da 19:00h, inclusive aos sábados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

O Sindicato Patronal recomendará a seus associados a adesão ao programa de alimentação do Trabalhador instituído pela lei 6321/76 e regulamentado pelo decreto n.º 5 de 14 de janeiro de 1991.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VALE TRANSPORTE

As empresas, nos casos e na forma previstos na lei, deverão fornecer aos seus empregados o vale transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TRANSPORTE GRATUITO

No recrutamento em localidades distantes dos canteiros de obras, as empresas deverão assegurar transporte condigno até o momento de admissão, sem qualquer ônus para o trabalhador, não sendo os valores correspondentes incorporados ao salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O empregado contratado em outras cidades localizadas a mais de 200 km do município de SEDE dos Sindicatos ou Federação que tenha tido sua passagem de vinda comprovadamente paga pelo empregador, terá garantida a passagem de retorno a sua cidade de origem quando da rescisão do seu contrato de trabalho, sempre que esta ocorrer sem justa causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As empresas fornecerão transporte gratuito para os trabalhadores que tiverem de prestar serviços em lugar de difícil acesso e não servido por linha regular de transporte coletivo.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CARTEIRAS PROFISSIONAIS

As empresas deverão fazer as devidas anotações nas carteiras de trabalho de seus empregados, no que diz respeito às funções por eles exercidas, salários e alterações salariais, férias, promoções, data de admissão e demissão e todas as demais ocorrências relevantes, mas não poderão reter a carteira do empregado por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ao reterem as carteiras profissionais para registro ou anotações as empresas se obrigam a fornecer recibo assinalando a data de recebimento e de devolução, na forma da legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

As empresas, ao contratarem pela primeira vez um empregado, poderão utilizar o contrato de experiência, independentemente dos títulos, diplomas e certificados apresentados pelo empregado e do tempo de serviço em outras empresas anotados na Carteira de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO

O contrato de experiência poderá ser prorrogado uma vez, desde que sua duração total não ultrapasse 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PROIBIÇÃO DE NOVO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica estabelecido que todo trabalhador que já tenha trabalhado com carteira assinada, por um período mínimo de 12 (doze) meses, na empresa que o estiver novamente admitindo, não poderá ter novo contrato de experiência naquela mesma empresa, salvo se for exercer função diferente da anteriormente exercida.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa fornecerá, quando solicitada por escrito, carta de referência ao empregado desligado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES

Os Sindicatos e Federação Profissionais homologarão as rescisões de contrato de trabalho com base nas disposições desta Convenção e da Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Havendo omissão de direitos ou incorreção de cálculo nos Termos de Rescisão, poderá os Sindicatos e Federação Profissionais homologar a rescisão anotando, como ressalva, todos os direitos omitidos ou os cálculos incorretos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No ato da homologação, deverá a empresa apresentar TRCT em 05 (cinco) vias CTPS do trabalhador com as anotações atualizadas, comprovante do aviso prévio indenizado, trabalhado ou do pedido de demissão, extrato analítico atualizado da conta vinculada do FGTS do empregado com todos os depósitos devidamente efetuados e guia de recolhimento rescisório dos meses que não constem do extrato do FGTS devidamente autenticada pelo banco, inclusive demonstrando depósito da multa rescisória de 40% (nos casos de demissão sem justa causa), guias de seguro desemprego devidamente preenchidas, exame médico demissional, carta de preposto, prova bancária de quitação das verbas rescisórias quando for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Nas homologações com ressalva de direitos, os empregadores terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar o pagamento, sem aplicações de qualquer penalidade, das verbas expressamente ressalvadas.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio deverá ser dado por escrito, constando do mesmo de forma clara, onde deverá ser cumprido, a data, local e hora para liquidação das verbas rescisórias e o “ciente” do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Mediante acordo entre empregador e empregado, o aviso prévio de 30 (trinta) dias poderá ser cumprido em 21 (vinte e um) dias, com a jornada de trabalho diário normal, neste caso deverá optar o empregado expressamente no próprio aviso prévio que deverá conter esta opção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Quando o aviso prévio for cumprido durante 21 (vinte e um) dias o pagamento das verbas rescisórias deverá ser efetuado até o 3.º (terceiro) dia útil ao término dos 21 (vinte e um) dias.

Mão-de-Obra Jovem

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

As entidades se obrigam a respeitar as normas legais que proíbem o trabalho infantil e protegem o trabalho do adolescente.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATAÇÃO DE SUBEMPREENTEIRO

Por ocasião da contratação de subempreiteiro, as empresas tomadoras de serviços deverão cumprir as determinações previstas na lei. Devendo responder solidariamente ao pagamento de verbas trabalhistas em caso de inadimplemento.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DISCRIMINAÇÃO DE PROFISSÃO

a) **OFICIAL** – É o profissional do GRANDE GRUPO DA CONSTRUÇÃO CIVIL que possuindo conhecimentos especializados de seu ofício, tem capacidade para realizá-lo com produtividade e desembaraço. Nesta categoria, estão inclusos, dentre outros, os seguintes profissionais: Pedreiro, Carpinteiro, Armador, Encanador, Pintor, Eletricista, Ladrilheiro, Instalador de material isolante, Vidraceiro, Mecânico, Soldador, Jatista, Instrumentista, Almoxarife, Compressorista, Marteleiteiro, Funileiro, Lanterneiro, Torneiro, Projetista, Cadista, Gesseiro, Operador de Guincho de Obras, Sinaleiro, Montador, Rejuntador Fachadeiro etc...

b) **MEIO OFICIAL** – É o trabalhador que, embora tendo conhecimento especializado do seu ofício, não possui ainda a capacitação, a produtividade e o desembaraço do OFICIAL, executando os serviços sob orientação e fiscalização. Nesta categoria estão incluídos dentre outros, os seguintes profissionais, Operador de betoneira, Operadores Auxiliares de Equipamentos da Construção Civil, Montador de Alvenaria Gabaritada, Rejuntador Interno, etc.

c) **SERVENTE**: Todos os trabalhadores não possuidores de qualificação profissional, incluindo, Copeiros (as), Office-boy, Ajudante, Vigia de Obra, etc...

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O vigia de obra de que trata a alínea "c" é o trabalhador da construção civil que necessita de conhecimentos mínimos dos equipamentos e materiais utilizados em obras de construção civil e demais atividades abrangidas por esta convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para a função de Vigia de Obra, prevista na alínea "c" desta cláusula 28ª admite-se o turno de trabalho de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, sendo esse turno de trabalho em regime de compensação de horário, sem que as horas excedentes à oitava de cada jornada sejam consideradas extraordinárias, pelo acréscimo de horas de descanso.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurado às gestantes, que a partir da comprovação da gravidez não poderão ser demitidas sem justa causa e terão direito a uma estabilidade provisória nos termos da legislação vigente.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

O empregado vítima de acidente de trabalho, devidamente comprovado, ao retornar à atividade gozará da estabilidade provisória, nos termos do Art. 118 da Lei n.º 8213/91.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As empresas complementarão, até o limite do salário líquido do empregado, o benefício previdenciário por motivo de acidente do trabalho, do 16º até o 90º dia do seu afastamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Dada a natureza previdenciária desta complementação aqui fixada, esta não será incorporada ao salário sob nenhuma hipótese.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As complementações de que trata esta cláusula somente não serão asseguradas nos casos de interrupção, paralisação ou termino de obras para qual foi contratado o empregado.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA SEMANAL

Todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho farão cumprir as 44 (quarenta e quatro) horas semanais de Segunda feira a Sábado. O trabalho que exceder as 44 (quarenta e quatro) horas normais, será remunerado com o adicional de 50% (cinquenta por cento). No trabalho aos Sábados, o pagamento do adicional de 50% (cinquenta por cento) será admitido até a segunda hora extra. A partir da terceira hora extra será remunerada com 100% (cem por cento). Sendo facultado ao empregador a compensação da jornada de sábado com o aumento da jornada dos demais dias úteis da semana, de acordo com a Cláusula 12 da presente Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CARGA HORÁRIA

Para os trabalhadores que trabalhem em regime de carga horária, a jornada trabalhada máxima não será superior a 08 (oito) horas diárias, e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, facultada a compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo entre as partes com a anuência dos Sindicatos e Federação da categoria.

PARÁGRAFO ÚNICO

Quando o trabalho for realizado em turnos ininterruptos de revezamento a jornada será de 6 (seis) horas.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - MARCAÇÃO DE PONTO

A jornada de trabalho será controlada por folha, livro ou cartão de ponto, ou ainda por outras formas de registros manuais, mecânicos ou eletrônicos, sendo dispensada sua marcação no intervalo para a refeição ou em conformidade com a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS

empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, nos casos previstos no Art. 473 da CLT e Constituição Federal.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMUNICAÇÃO DE FÉRIAS

A concessão de férias será participada por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta dias), cabendo a este assinar a respectiva notificação e receber o pagamento da mesma antes do início do gozo das férias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

As empresas fornecerão gratuitamente aos empregados os equipamentos de proteção individual adequados e no mínimo 2 (dois) fardamentos anuais, ficando os mesmos responsáveis por sua guarda e conservação.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS

As empresas se comprometem a realizar exames médicos, admissionais, demissionais, periódicos, retorno ao trabalho e mudança de função nos seus trabalhadores na forma prevista em Lei e fazer o relatório anual do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), bem como o preenchimento das comunicações de acidentes de trabalho – CAT, quando da ocorrência do acidente.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os empregadores se obrigam a aceitar atestados emitidos por médicos odontólogos, dos Sindicatos ou Federação dos Trabalhadores, devendo também ser aceitos os atestados fornecidos por unidades credenciadas pelo SUS (Sistema Único de Saúde), sendo obrigatória em qualquer caso a indicação do código internacional da doença.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

Nos canteiros de obras isolados e distantes, as empresas deverão prestar assistência médica, aos empregados que contraírem enfermidades, removendo-os por sua própria conta para o hospital ou da rede de saúde pública.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PRIMEIROS SOCORROS

Em todas as obras o empregador deverá colocar à disposição dos empregados uma caixa com medicamentos para os primeiros socorros.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ OU MORTE

Em caso de acidente de trabalho que ocasione invalidez permanente, devidamente comprovada por perícia aceita pelo INSS, ou do qual resulte a morte do empregado, a empresa fica obrigada a pagar, de uma só vez, uma indenização no valor total correspondente a 20 (vinte) pisos salariais da categoria, recebido pelo trabalhador, em favor do empregado ou do beneficiário reconhecido pelo INSS.

PARÁGRAFO ÚNICO

Se a empresa mantiver seguro de vida em grupo, fica desobrigada do cumprimento desta cláusula, desde que o valor segurado seja igual ou superior ao nela estabelecido.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS AOS LOCAIS DE TRABALHO

Mediante entendimento prévio e respeitadas suas programações de serviços, as empresas permitirão que os dirigentes dos Sindicatos e Federação Profissionais, devidamente autorizados e identificados, proponham e promovam a sindicalização de seus empregados.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DISPONIBILIDADE DE DIRIGENTES SINDICAIS

Fica assegurado aos diretores efetivos dos sindicatos e Federação profissionais, quando colocados à disposição do mesmo pelas empresas, o recebimento do salário e demais vantagens (vale transporte e outras) pagas pela empresa, uma vez convocado pelos sindicatos e federação para suas atribuições sindicais, bem como fica assegurada a estabilidade sindical de toda a diretoria, até o último suplente, limitando-se no máximo a um diretor por empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE TRABALHADORES PARA EVENTOS

Desde que solicitados por escrito pelas entidades sindicais laborais, as empresas deverão liberar os seus funcionários para participar de Cursos, seminários, congressos, ou eventos sindicais, ficando tal liberação restrita a 04 (quatro) trabalhadores, individualmente, uma vez por ano e no máximo por um período de 06 (seis) dias consecutivos, garantida a remuneração integral desses dias.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

No mês de março de 2017 será descontada e recolhida à Caixa Econômica Federal, a Contribuição Sindical dos Trabalhadores de 01 (um) dia de trabalho do empregado, nos termos da Lei nº 4.589, respaldado nos arts. 578 a 610 da CLT, devendo esse recolhimento acontecer até o dia 30 de abril de 2017 aos Sindicatos Laborais e Federação. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical, serão descontados no primeiro mês subsequente ao reinício do trabalho, conforme art. 602 da CLT. De igual forma se procederá com os empregados que forem admitidos depois daquela data e que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentado a respectiva quitação de sua contribuição sindical.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADORES

As empresas integrantes da categoria econômica representadas pelo Sindicato Patronal, dentro da base territorial abrangidas por estes sindicatos e Federação, inclusive as filiais com matrizes em outro estado, independentemente de serem ou não a ele associadas, estão obrigadas, por força da deliberação tomada pela Assembleia Geral, com fundamento nas disposições do inciso IV, do art. 8º, da Constituição Federal e art. 513, da CLT a recolher em favor do mesmo a título de Contribuição Assistencial, os seguintes valores fixados pela Assembleia Geral em função dos montantes do capital subscrito.

- a) Capital social subscrito até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) 01 (hum) piso salarial de servente.
- b) Capital social subscrito de R\$ 100.001,00 (cem mil e um reais) até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) 02 (dois) pisos salariais de servente.
- c) Capital social subscrito de R\$ 300.001,00 (trezentos mil e um reais) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) 03 (três) pisos salariais de servente.
- d) Capital social subscrito superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), 04 (quatro) pisos salariais de servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de parcelamento da Contribuição Assistencial, a primeira parcela vencerá em 25 de fevereiro de 2017, e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, correspondendo cada parcela a metade de 01 (um) piso salarial de servente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor devido da Contribuição Assistencial sofrerá um desconto de 20% (vinte por cento) se o pagamento integral for realizado até o dia 25 de fevereiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O não pagamento das parcelas da Contribuição Assistencial nas datas previstas, implicará automaticamente na aplicação de multa penal de 2% (dois por cento), sobre o valor devido, juros de mora atualizado pelo índice oficial INCC, além da cobrança de juros de mora 1% (hum por cento) ao mês e das eventuais despesas de custas e honorários advocatícios, estes na base de 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADORES

Em virtude de disposição legal as empresas empregadoras dentro da base territorial abrangidas por estes sindicatos e Federação, inclusive as filiais com matrizes em outro estado deverão recolher até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, o montante devido referente a contribuição sindical, sob pena de além de responder pelos acréscimos monetários previstos na lei, ficarem impedidas de obter certidões de regularidade de situação junto ao Sindicato Patronal, CREA e Prefeituras Municipais.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TAXA ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES

Estando devidamente autorizada por deliberação da Assembleia Geral realizada no Sindicato dos Trabalhadores, juntamente com a Federação dos Trabalhadores, que assinam esta Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas se comprometem a descontar mensalmente de seus empregados como Taxa Assistencial o valor equivalente a 1% (um por cento) calculado sobre a remuneração bruta e depositar através de formulário próprio fornecido pela Federação ou dos Sindicatos dos Trabalhadores até o décimo dia útil do mês subsequente ao desconto, para custeio das atividades dos Sindicatos e da Federação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de oposição individual com o estabelecido no caput da cláusula, deverá o trabalhador manifestar-se, por escrito, diretamente aos sindicatos ou Federação da categoria profissional, que

disponibilizará formulário exclusivo para este fim, a qualquer tempo durante a vigência da presente convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os trabalhadores que não concordarem com a referida taxa assistencial, não farão jus aos benefícios de assistência e outros benefícios oferecidos pelos sindicatos dos trabalhadores e Federação.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As empresas fornecerão mensalmente aos sindicatos dos trabalhadores ou Federação a lista com os nomes dos empregados que sofreram desconto da taxa assistencial, bem como as guias de pagamento referente ao mês anterior para fins de cadastro.

PARÁGRAFO QUARTO

O não recolhimento pelas empresas, da taxa assistencial no prazo previsto nesta cláusula, implicará automaticamente em multa penal de 2% (dois por cento), sobre o valor não recolhido, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo INPC, até a data do efetivo recolhimento e repasse, mais as despesas de cobranças, custas judiciais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - MÃO DE OBRA PREFERENTE

As empresas darão sempre preferências para contratação de pelo menos 70% (setenta por cento) da mão-de-obra residente nas bases territoriais dos Sindicatos dos Trabalhadores ou Federação, ressaltando apenas o recrutamento para cargos especializados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - COMISSÃO BILATERAL

Fica instituído uma comissão bilateral, cujo número de participantes de cada entidade será definido de comum acordo, para conciliar as divergências surgidas em decorrência da aplicação da presente Convenção, reunindo-se quando necessário por convocação de qualquer das partes.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fica desde já determinado que a Comissão Bilateral se reunirá ordinariamente na última terça-feira dos meses de fevereiro, junho e outubro, alternadamente na sede dos Sindicatos Profissionais ou Federação e do Sindicato Patronal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - PROPOSTAS PARA ADITIVOS

Através de deliberação da comissão bilateral poderão ser apresentadas propostas para aditivos à presente convenção, especialmente sobre as reivindicações apresentadas e não incorporadas a este texto.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ÀS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS A CEMAR

As empresas que prestam serviços à Concessionária de Energia Elétrica CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, que desenvolvem as seguintes atividades utilizando os respectivos profissionais a seguir elencados, se enquadram na categoria abrangida por esta Convenção Coletiva de Trabalho, vejamos: eletricitas, encarregados de eletricitas, auxiliares de eletricitas, ajudantes de eletricitas, atendentes, negociadores, leituristas, fiscais, inspetores, referentes aos serviços de atendimento de emergência, plantão, construção e manutenção em redes elétricas, cortes e religação de energia elétrica de consumidores, inspeção do sistema de medição de energia elétrica, nos municípios abrangidos nas bases territoriais destes sindicatos e Federação por esta convenção, terão seus pisos reajustados em conformidades com as mesmas cláusulas econômicas da presente convenção.

Os trabalhadores das empresas prestadoras de serviço a Cemar que são vinculados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, terão direito ao mesmo reajuste da Cláusula 3ª desta convenção, devendo as diferenças salariais serem pagas conforme a cláusula 5ª desta Convenção Coletiva de Trabalho.

FUNÇÃO	Janeiro de 2017 a Abril de 2017	SALÁRIO/HORA
Oficial Eletricista	R\$ 1.405,80 / mês	R\$ 6,39/h
Meio-Oficial de Eletricista	R\$ 1.045,00/ mês	R\$ 4,75/h
Ajudante	R\$ 990,00/ mês	R\$ 4,50/h

FUNÇÃO	Maior a Dezembro de 2017	SALÁRIO/HORA
Oficial Eletricista	R\$ 1.425,60 / mês	R\$ 6,48/h
Meio-Oficial de Eletricista	R\$ 1.060,40/ mês	R\$ 4,82/h
Ajudante	R\$ 1.003,20/ mês	R\$ 4,56/h

FUNÇÃO	Janeiro de 2017 a Abril de 2017 (sobre o salário de dezembro/2016)
Demais Categorias	5,6%

FUNÇÃO	Maio de 2017 a Dezembro de 2017 (sobre o salário de Abril/2017)
Demais Categorias	1,4%

PARAGRAFO PRIMEIRO - Reajuste das demais funções

Para os trabalhadores das empresas prestadoras de serviços a CEMAR, vinculados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, que já percebem salário superior aos pisos estabelecidos nesta convenção, terão direito aos mesmos percentuais estabelecidos para os demais (reajuste de 5,6% de Janeiro/2017 a Abril/2017 sobre o salário de Dezembro/2016 e mais 1,4% de Maio/2017 a Dezembro/2017 sobre o salário de Abril/2017), até o limite salarial de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) sendo que a partir desse valor será de livre negociação entre as partes.

PARAGRAFO SEGUNDO - Meio-Oficial

Aos trabalhadores que prestam serviços à CEMAR, na função de Leiturista, Atendente, Negociador, Auxiliar de Escritório, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Eletricista, são classificados como MEIO-OFICIAL.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Adicional de Periculosidade

Aos trabalhadores das Empresas Prestadoras de Serviços para a CEMAR, Eletricistas, Encarregados de Elétrica, Auxiliares de Eletricista e Ajudantes de Eletricistas, nos serviços de Construção e Manutenção de Redes Elétricas, Atendimentos de Emergência, Plantão, Corte e Religação do fornecimento de Energia Elétrica ao Consumidor, Inspeção do Sistema de Medição de Energia Elétrica, terão direito ao Adicional de Periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seus salários.

PARÁGRAFO QUARTO - Regime de Trabalho

Aos trabalhadores de empresas que prestam serviços à CEMAR (serviços de emergência Plantão) e aos trabalhadores que fazem manutenção em redes elétricas nos municípios abrangidos por esta convenção, que fica estabelecido regime de turno de 8 (oito) horas e características principais discriminadas abaixo.

Em conformidade ao que dispõe o Art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal, adotará para seus trabalhadores, nas áreas que realizam serviços de Emergência do sistema de transmissão e distribuição, turnos ininterruptos de revezamento.

§ 1º - A jornada obrigatória do turno ininterrupto de revezamento será considerada aquela que preencha os requisitos:

8 horas diárias de trabalho, 176 (mês de 30 dias) e 184 (mês de 31 dias) horas mensais, sendo esta ao somatório entre 184 horas trabalhadas e 36 horas de descanso semanal remunerado, incluídas folgas.

§ 2º - A Empresa assegurará aos empregados que trabalham em turno ininterrupto de revezamento no horário das 22 horas às 05 horas da manhã do dia seguinte, o adicional noturno de 20% do valor da hora normal.

§ 3º - A Empresa pagará a seus empregados que trabalham em regime de turno (8 hs) ininterrupto de revezamento, a título de Hora Descanso, o valor correspondente a 01 hora por turno trabalhado, calculada sobre o salário básico do empregado, acrescida de 50%, conforme o que dispõe o artigo 71 § 4º da CLT.

§4º - Verificada a hipótese de trabalho realizado em horário além da jornada prevista no § 1º, serão consideradas como extras as horas laboradas a partir da 176ª hora (mês 30 dias) 184ª hora (mês 31 dias), sendo remuneradas com os seguintes percentuais:

. 50% sobre o valor da hora normal trabalhadas na escala de turno regular, bem como eventual dobra de turno;

. 100% sobre o valor da hora normal, trabalhadas em caso de convocação extraordinária nos domingos e feriados, estando o colaborador de folga.

Descrição	Quantidades
Dias trabalhados no mês 30 (31) dias:	22(23) dias
Horas trabalhadas no mês 30 (31) dias:	176 (184) hs
Hs de Descanso 50 % mês 30 (31) dias:	22 (23) hs

PARAGRAFO QUINTO - Ajuda de Custo de Alimentação

Aos trabalhadores que prestam serviços à CEMAR, sob regime de trabalho descrito no parágrafo anterior, terão direito a ajuda de custo de alimentação que será paga no valor de R\$ **247,25 (duzentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) mensais a partir de Janeiro de 2017 até Dezembro de 2017**. Aos trabalhadores que trabalham no regime de 44 horas semanais, as Empresas deverão fornecer ou providenciar a alimentação, através de restaurantes credenciados nas localidades onde estão trabalhando.

PARÁGRAFO SEXTO - Vinculação a Convenção Coletiva de Trabalho

Ficam obrigadas ao cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas prestadoras de serviços à Concessionária de Energia Elétrica a CEMAR - Companhia Energética do Maranhão S/A., que desenvolvem as atividades relacionadas a construção e manutenção de redes elétricas, atendimento a consumidores de energia elétrica, plantões de atendimento de serviços a consumidores, ligações novas, cortes e religações de unidades de consumo de energia elétrica comercial e residencial, inspeção do sistema de medição e de aferição de energia elétrica, laboratório de análise de medidores, negociação de débitos referentes a consumo de energia

elétrica, leituristas e entregadores de faturas, atendentes, pessoal administrativo e escritório, haja vista seu enquadramento legal.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas integrantes desta Convenção Coletiva de Trabalho, será aplicado multa de valor equivalente a 1,5 (um e meio) pisos salariais do Trabalhador, por cada infração cometida e em casos de reincidência será pago em dobro, em favor da parte prejudicada, trabalhador ou entidade sindical, com exceção do descumprimento na Homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, na qual a multa será calculada de forma proporcional aos 30 (trinta) dias do mês, por dia de atraso na referida Homologação.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS

As empresas poderão adquirir ferramentas e repassá-las a preço de custo aos seus empregados, sendo que estes serão os proprietários dos materiais, devendo zelar por sua conservação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas disporão de quadro de avisos em local acessível aos trabalhadores, para veiculação de interesse da categoria, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DIA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Fica garantido nesta Convenção Coletiva de Trabalho, o dia 03 de julho, como sendo o dia do trabalhador da Construção Civil, Montagem Industrial, Manutenção e Engenharia Consultiva.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE SAÚDE

É facultado as empresas abrangidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, fornecer para seus empregados e dependentes, o plano de saúde particular, independentes de hospitais conveniados ao SUS.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - SECONCI-MA CONTRIBUIÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Os empregadores que empreenderem construções, edificações, reformas ou quaisquer outros serviços na área de abrangência dessa Convenção e que, pela sua atuação, se enquadrem no terceiro grupo do quadro a que se refere o artigo 577 da CLT, recolherão mensalmente, de forma compulsória em favor do SECONCI-MA, o percentual não inferior a 1% (um por cento) do total bruto de sua folha de pagamento de pessoal, incluindo-se neste montante administração e obras.

§1º. Para fins de cálculo do recolhimento de que trata o "*caput*" da presente cláusula compreende-se por folha bruta de pagamento todos os valores pagos no mês aos empregados, incluindo-se nesse montante valores decorrentes de rescisão do contrato de trabalho e pagamento de parcela ou totalidade do décimo terceiro salário, excetuando-se Salário Família e multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

§2º. O pagamento de que trata o *caput* do presente artigo é mensal, devendo ser recolhido até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, tendo como base o fechamento da folha de pagamento do mês anterior de cada mês, por meio de guia bancária expedida pela Secretaria do SECONCI-MA, sendo o valor direcionado a conta corrente específica e os rendimentos destinados unicamente à consecução dos fins e manutenção dos meios da instituição.

§3º O não pagamento da obrigação de que trata o parágrafo anterior acarretará na cobrança de multa moratória de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao dia e juros de 1% ao mês, procedendo-se a eventual correção monetária a partir da aplicação da taxa Selic, com base no apurado nos últimos 12 (doze) meses.

§4º. Além das penalidades pecuniárias previstas no parágrafo anterior, o atendimento aos trabalhadores da empresa inadimplente será suspenso a partir do trigésimo dia de atraso de uma contribuição não recolhida.

§5º. Ao SECONCI-MA competirá oferecer os serviços e atividades presentes em seus objetivos estatutariamente definidos, levando em consideração as demandas primárias dos beneficiários, tendo por base sua capacidade econômico-financeira.

§6º. O SECONCI-MA estabelecerá normas e condições gerais para o atendimento aos beneficiários, sendo exigida das empresas uma carência mínima de 4 (quatro) recolhimentos mensais sucessivos e ininterruptos.

§7º. As empresas construtoras, bem como os demais empregadores vinculados ao Sindicato Patronal deverão exigir de suas subempreiteiras o recolhimento ao SECONCI-MA, podendo inclusive reter o valor relativo à contribuição ao SECONCI-MA, procedendo ao recolhimento por meio de guia individualizada por subempreiteira, até o 15º (décimo quinto) dia do mês.

§8º. Os contribuintes do SECONCI-MA de que trata o "*caput*" da presente cláusula deverão apresentar, no ato do cadastro, a GFIP do FGTS e mensalmente, até o dia 30, cópia do CAGED para atualização do cadastro de seus trabalhadores e controle dos beneficiários do SECONCI-MA.

§9º. Os Sindicatos e Federação convenientes, no âmbito de suas competências, estabelecerão formas de cooperação com a direção do SECONCI-MA para a otimização dos recursos investidos na prestação de assistência aos trabalhadores, bem como a fiscalização dos serviços prestados pelo ente.

§10. Bimestralmente será realizada reunião entre os Sindicatos e Federação convenientes e o SECONCI-MA, para fins de estabelecimento de metas e definição das prioridades de atendimento.

§11. As empresas que possuem obras que forneçam plano de saúde aos empregados devem excluir as folhas de pagamento de pessoal das referidas obras para fins de contribuição, desde que comprovem o fornecimento de plano de saúde.

§12. As disposições da presente CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA se aplicam apenas para as obras localizadas nas cidades assistidas pelo SECONCI, de forma que as folhas de pagamento de pessoal das obras realizadas em cidades não assistidas pelo SECONCI, devidamente comprovada, não devem ser incluídas para fins de contribuição do SECONCI-MA.

FRANCISCO DAS CHAGAS VIANA

Presidente

FEDERACAO DOS T N AS IND DA CONST E DO M DO E MARANHAO

OTONIEL SILVA SANTOS

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONS MOB ACAILANDIA-MA

SEBASTIAO SOUSA DE OLIVEIRA

Presidente

SINDICATO TRAB INDUST CONST CIVIL CIM CAL GESSO CODO MA

MANOEL RAIMUNDO DE SOUZA

Presidente

SINDICATO TRABALHADORES CONSTRUCAO CIVIL VIT MEARIM

JOSE DOMINGOS ALVES

Presidente

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL CONST PESADA, MOBILIARIO, ART
CIMENTO DE ROSARIO, BACABEIRA, SANTA RITA E PRESIDENTE JUCELINO - MA

ANTONIO ALVES DE ARAUJO

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRCAO CIVIL DE CHAPADINHA-
MA

JOAO SILVA SOUSA

Presidente

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST C CONST PESADA E ARTEF DE CIMENTO E OBRAS
DE ARTES DO SUL DO MARANHAO

SILMAR RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND. DA CONT. CIVIL CONST. PESADA MOBILIARIO E
ARTEFATO DE CIMENTO DE ALTO ALEGRE DO MARANAO E REGIAO

REGINALDO DA ROCHA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE
TIMON - MA

FRANCISCO SILVA COSTA AMORIM

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL,CONSTRUCAO
PESADA ARTEFATO DE CIMENTO DE ZE DOCA E REGIAO

LEANDRO CARNEIRO DA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL E DO
MOBILIARIO DE BACABAL

JOAO PEDRO FERREIRA DOS SANTOS

Presidente

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA C CIVIL DE ITAPECURU MIRIM

ARLINDO ALVES

Presidente

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL PESADA MOBILIARIO E ARTEF DE CIMENTO DE
STA HELENA TURILANDIA TURIACU G N FREIR

FABIO RIBEIRO NAHUZ

Presidente

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DO EST MA

ANEXOS

ANEXO I - ATA CCT CIVIL 2017 - FEDERAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

DATA: 28/03/2019

HORA: 14:25:02

GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017)

PÁG : 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: ASCON LTDA ME

INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12

COMPETÊNCIA: 03/2019

CÓD REC: 115

FPAS: 507

SIMPLES: 2

FGTS - 8%

QTDE TRABALHADORES

1

REMUNERAÇÃO

970,20

DEPÓSITO

77,61

ENCARGOS FGTS

0,00

CONTRIB SOCIAL

0,00

ENCARGOS CONTRIB SOC

0,00

TOTAL A RECOLHER

77,61

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/04/2019

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

Simple Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 09/04/2019

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **17.190.416/0001-12**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **ASCON LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2016**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional

Data e Hora do Agendamento	Data e Hora do Cancelamento	Situação do Agendamento	Número da Opção
23/12/2015 11:16		Convertido em Opção	

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 28/03/2019
HORA: 14:25:02
PÁG : 0001/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858700000006 776101791903 407627050819 719041600016

EMPRESA: ASCON LTDA ME
COMP: 03/2019 COD REC:115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12
TOMADOR/OBRA: FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
ARIEL DE SOUSA PEREIRA		160.07494.36-6	01/10/2016	01		07/11/2016 P1	
0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
EVA DE CARVALHO RIBEIRO		212.07309.85-2	01/03/2017	01			05141
970,20	0,00	0,00	77,61			77,61	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 28/03/2019
HORA: 14:25:02
PÁG : 0002/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858700000006 776101791903 407627050819 719041600016

EMPRESA: ASCON LTDA ME
COMP: 03/2019 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12
TOMADOR/OBRA: FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
ANTONIO RAIMUNDO SILVA SOUSA		127.06454.37-9	05/11/2012	11			01421
4.000,00	0,00	0,00	440,00			0,00	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR							
4.970,20	0,00	0,00	517,61			77,61	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 28/03/2019
HORA: 14:25:02
PÁG : 0003/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA
858700000006 776101791903 407627050819 719041600016

EMPRESA: ASCON LTDA ME	N° DE CONTROLE: Gj6AloZbMab0000-9	N° ARQUIVO: E4zt5gYuHlz0000-6
COMP: 03/2019 COD REC:115	OUTRAS ENT: SIMPLES: 2	INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12
COD GPS: 2003	RAT: 0.0	FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:		INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: RUA 04 494	BAIRRO: POTOSI	CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: BALSAS	UF: MA CEP: 65800-000	CNAE: 4120400

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	1	970,20	0,00	970,20	0,00
11	1	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00
TOTAIS:	2	4.970,20	0,00	4.970,20	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 28/03/2019
HORA: 14:25:02
PÁG : 0004/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858700000006 776101791903 407627050819 719041600016

EMPRESA: ASCON LTDA ME	N° DE CONTROLE: Gj6AloZbMab0000-9	N° ARQUIVO: E4zt5gYuHlz0000-6
COMP: 03/2019 COD REC:115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0		INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12
TOMADOR/OBRA:		FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
		INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: RUA 04 494	BAIRRO: POTOSI	CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: BALSAS UF: MA CEP: 65800-000		CNAE: 4120400

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

FGTS - 8%

REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	970,20
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00

QUANTIDADE TRABALHADORES	1
--------------------------	---

VALORES DO FGTS

DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/04/2019

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
77,61	0,00	0,00	0,00	77,61

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 38.0 (16/01/2019)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 28/03/2019
HORA: 14:25:02
PÁG : 0005/0005

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

EMPRESA: ASCON LTDA ME N° DE CONTROLE: Gj6AlOZbMab0000-9 N° ARQUIVO: E4zt5gYuHlz0000-6
COMP: 03/2019 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12
TOMADOR/OBRA: FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00 INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA 04 494 BAIRRO: POTOSI CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: BALSAS UF: MA CEP: 65800-000 TELEFONE: 0099 8839 5885 CNAE: 4120400

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	484.81	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	517.61
SALÁRIO FAMÍLIA:	32.80	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO			
PERÍODO INICIAL:	PERÍODO FINAL:	VALOR SOLICITADO:	0.00
VALOR ABATIDO:	0.00 VALOR A COMPENSAR:	0.00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%:	0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)			
VALOR INFORMADO:	0.00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP:	0.00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR:	0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA			
15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	1	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0	U3:	0
V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0	Z6:	0

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

EMPRESA: ASCON LTDA ME						N° CONTROLE: Gj6AlOZbMab0000-9		N° ARQUIVO: E4zt5gYuHlz0000-6			
COMP: 03/2019		COD REC: 115		COD GPS: 2003		FPAS: 507		OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0		INSCRIÇÃO: 17.190.416/0001-12	
TOMADOR/OBRA:								FAP: 1,00		RAT AJUSTADO: 0,00	
										INSCRIÇÃO:	
LOGRADOURO: RUA 04 494						BAIRRO: POTOSI				CNAE PREPONDERANTE: 4120400	
CIDADE: BALSAS				UF: MA		CEP: 65800-000		TELEFONE: 0099-88395885		CNAE: 4120400	
APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:				507		620		744		779 TOTAL	

SEGURADO						
Empregados/Avulsos	77,61	0,00	0,00	0,00	77,61	
Contribuintes Individuais	440,00	0,00	0,00	0,00	440,00	
EMPRESA						
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	32,80	0,00	0,00	0,00	32,80	
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	484,81	0,00	0,00	0,00	484,81	
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL A RECOLHER	484,81	0,00	0,00	0,00	484,81	

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.